

Aprovo o presente Caderno de Encargos.

O Presidente da Câmara



Caderno de Encargos

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

CONCURSO PÚBLICO

“Aquisição de serviços de transporte de passageiros, em regime ocasional e regular especializado”

Valor Base: € 305.095,00

Prazo de execução: 365 dias

Concurso Público nos termos da alínea c) do nº 1 do art.º 16º e Capítulo I, do título I da Parte II do CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação

Índice

CLÁUSULAS	4
CAPÍTULO I	4
DISPOSIÇÕES GERAIS	4
CLÁUSULA 1ª ENQUADRAMENTO	4
CLÁUSULA 2ª OBJETO	4
CLÁUSULA 3ª CONTRATO	6
CLÁUSULA 4ª PRAZO CONTRATUAL	7
CLÁUSULA 5ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	8
CLÁUSULA 6ª ADIANTAMENTOS DE PREÇO	9
CLÁUSULA 7ª JUROS DE MORA	9
CLÁUSULA 8ª FATURA ELETRÓNICA	9
CLÁUSULA 9ª REVOGAÇÃO	10
CLÁUSULA 10ª RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE	10
CLÁUSULA 11ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	11
CAPÍTULO II	11
SUJEITOS	11
CLÁUSULA 12ª SUJEITOS	11
CLÁUSULA 13ª CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	12
CLÁUSULA 14ª SUBCONTRATAÇÃO	12
CLÁUSULA 15ª EXECUÇÃO PESSOAL	12
CAPÍTULO III	13
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	13
CLÁUSULA 16ª COLABORAÇÃO RECÍPROCA	13
CLÁUSULA 17ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE	13
CLÁUSULA 18ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	13
CLÁUSULA 19ª TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	14
CLÁUSULA 20ª CONFLITOS DE INTERESSE E IMPARCIALIDADE	15
CLÁUSULA 21ª LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	15
CLÁUSULA 22ª SIGILO	15
CLÁUSULA 23ª PRAZO DE DEVER DE SIGILO	16
CAPÍTULO IV	16
PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	16
CLÁUSULA 24ª PENALIDADES CONTRATUAIS	16

CAPÍTULO V	17
CAUÇÃO E SEGUROS	17
CLÁUSULA 25ª CAUÇÃO.....	17
CAPÍTULO VI	17
DISPOSIÇÕES FINAIS.....	17
CLÁUSULA 26ª FORÇA MAIOR.....	17
CLÁUSULA 27ª DEVERES DE INFORMAÇÃO	18
CLÁUSULA 28ª CESSÃO DE CRÉDITOS	18
CLÁUSULA 29ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	18
CLÁUSULA 30ª FORO COMPETENTE.....	20
CLÁUSULA 31ª DIREÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	20
CLÁUSULA 32ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	20
CLÁUSULA 33ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	21
CLÁUSULA 34ª CONTAGEM DE PRAZOS.....	21

CLÁUSULAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1ª ENQUADRAMENTO

- 1 O presente procedimento tem por objeto a **“Aquisição de serviços de transporte de passageiros, em regime ocasional e regular especializado”**.
- 2 Na prestação de serviços abrangida pelo supracitado contrato, observar-se-á as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante, nomeadamente o documento “Especificações Técnicas”, em anexo.
- 3 Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste Caderno de Encargos, fica o prestador de serviços obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com o objeto do contrato.
- 4 A responsabilidade pelos serviços incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do concorrente e só dele, não reconhecendo a Entidade Adjudicante a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o prestador de serviços.
- 5 Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, na sua atual redação, bem como pelas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza da prestação de serviços a contratar, vigentes na legislação portuguesa e europeia.

CLÁUSULA 2ª OBJETO

- 1 O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do procedimento pré-contratual por **Concurso Público com publicação de anúncio no Diário da República**, que tem por objeto principal a **“Aquisição de serviços de transporte de passageiros, em regime ocasional e regular especializado”**, nos termos do Código dos Contratos Públicos, (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, na sua atual redação, nas condições definidas nas Cláusulas Técnicas descritas nas Especificações Técnicas.
- 2 Pretende-se contratar com uma empresa que forneça serviços de transporte de passageiros, de Castelo Branco, para os diversos locais (e vice-versa), a indicar oportunamente, sendo que o valor a apresentar pelas empresas interessadas, para os veículos, será por quilómetro e por outros serviços associados. Os serviços a contratar serão:

- a. Autocarro turístico até 55 lugares, com sistema de climatização (aquecimento e ar condicionado);
 - b. Autocarro até 35 lugares, com sistema de climatização (aquecimento e ar condicionado);
 - c. Viatura ligeira até 9 lugares, com sistema de climatização (aquecimento e ar condicionado);
 - d. Alojamento e refeições de cada motorista, se se tratar de viagem de mais de um dia.
 - e. Presença de cada motorista e cada veículo, no local de destino, enquanto aguardam horário de regresso, em viagens com extensão total inferior a 150 kms (ida e volta);
 - f. Por veículo, presença e colaboração de um vigilante em caso de transporte de crianças;
 - g. Disponibilização de sistema de retenção adequado a crianças, por cada veículo, caso seja necessário.
 - h. Taxa de disponibilidade, para cada veículo, em viagens com extensão inferior a 80 kms (ida e volta), quando o período que decorre entre o início e o fim do serviço é inferior a 5 horas;
 - i. Taxa de disponibilidade, para cada veículo, em viagens com extensão inferior a 80 kms (ida e volta), quando o período que decorre entre o início e o fim do serviço é igual ou superior a 5 horas;
 - j. Segundo motorista, para cada veículo, em caso de viagens com duração total superior ao horário limite de um motorista. Considerar-se-á a necessidade de um segundo motorista, em caso de viagens com duração total superior a 9 horas.
- 3** Para a definição correta dos quilómetros dos itens referentes à utilização de veículos (autocarro turístico até 55 lugares; autocarro até 35 lugares; viatura ligeira até 9 lugares), assume-se que o local de início e fim de serviço é na Praça do Município, em Castelo Branco.
- 4** Em deslocações com duração superior a um dia, em que seja necessária a presença do(s) veículos(s) será incluído no custo, o alojamento e as refeições de cada motorista.
- 5** Em deslocações inferiores a 150Km (ida e volta), sempre que o(s) veículos(s) e respetivo(s) motorista(s) permaneçam no local a aguardar o regresso, será incluído nos custos este item na requisição do serviço.
- 6** Sempre que seja necessária a presença de vigilante(s) nas deslocações, será incluído este item na requisição do serviço (por cada veículo).
- 7** Sempre que seja necessário disponibilizar sistema de retenção de crianças, será incluído este item na requisição do serviço, por cada veículo, caso seja necessário.
- 8** Em deslocações com extensão total inferior a 80Km (ida e volta), será incluído o item de taxa de disponibilidade para cada veículo deslocado, diferenciando de acordo com a duração do serviço (período que decorre entre o início do serviço e o destino final), entre inferior a 5 horas ou igual ou superior a 5 horas.

- 9 Em caso de viagens com duração superior ao horário limite de um motorista, será incluído este item na requisição do serviço. Considerar-se-á a necessidade de um segundo motorista, em caso de viagens com duração total superior a 9 horas.
- 10 Estima-se que o número de veículos pesados de passageiros seja, na sua grande maioria, de um por deslocação, considerando uma média de três deslocações diárias, podendo, pontualmente, ser necessários mais veículos. Estima-se que a utilização diária de veículos ligeiros de transporte de passageiros seja de cerca de seis por dia útil escolar e de dois por dia útil não escolar, podendo, pontualmente, ser necessários mais veículos.
- 11 A presente aquisição de serviços deverá ser prestada pelo prazo de 365 dias, salvo se os serviços esgotarem as quantidades contratadas antes desse prazo.
- 12 A realização das viagens será solicitada com pelo menos 48 horas, de antecedência, mediante emissão da requisição ao abrigo do contrato, pela Câmara Municipal de Castelo Branco.
- 13 A realização de qualquer viagem sem a prévia emissão da requisição, ao abrigo do contrato, não confere ao prestador de serviços o direito de exigir qualquer pagamento do Município por conta dos mesmos.
- 14 Os veículos a afetar à prestação de serviços terão de ser aptos para o transporte de passageiros e deverão cumprir todas as exigências técnicas, legais e de segurança exigidas pela legislação aplicável, nomeadamente a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, na sua versão atual. Em caso de avaria, proceder-se-á imediatamente à substituição do(s) veículo(s) por outro(s) com as mesmas características. Atendendo à tipologia dos serviços de transporte que se pretendem realizar ao abrigo do presente procedimento, cada veículo utilizado na exploração dos serviços não poderá ter, a cada momento, uma idade superior a 16 anos.
- 15 O cocontratante obriga-se a prestar todos os serviços requisitados no prazo previsto no caderno de encargos, através de meios próprios ou por subaluguer para assegurar a 3
- 16 realização dos mesmos, sob pena de incorrer nas penalizações decorrentes da Lei e descritas no Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 3ª CONTRATO

- 1 O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;

- d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo prestador de serviços.
- 3** Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4** Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 4ª PRAZO CONTRATUAL

- 1** O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à data da aposição da última assinatura eletrónica no respetivo contrato escrito.
- 2** O prestador de serviços obriga-se à prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, pelo prazo de **365 dias**, a partir da data prevista para o início da execução do contrato – 27/07/2025.
- 3** A presente aquisição de serviços deverá ser prestada pelo prazo de 365 dias, salvo se os serviços esgotarem as quantidades contratadas antes desse prazo.
- 4** O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.
- 5** A execução das prestações que constituem o objeto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa sempre que se verifique a impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora da entidade adjudicante na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução, ou exceção de não cumprimento, nos termos do disposto nos artigos 297.º e 298.º do CCP.
- 6** O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, nomeadamente a garantia dos serviços prestados.
- 7** Durante o período de vigência do contrato, o prestador de serviços não pode efetuar qualquer alteração ao preço e às condições acordadas com a Entidade adjudicante.
- 8** Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no nº 2, e caso não tenha sido atingido o preço contratual estabelecido no âmbito do contrato, o mesmo extingue-se sem que assista ao prestador de serviços direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

CLÁUSULA 5ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1 Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante obriga-se a pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 O preço contratual não poderá exceder o valor base global de **€ 305.095,00** (trezentos e cinco mil e noventa e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 3 Tratando-se de um fornecimento continuado, será emitida requisição externa ao abrigo do contrato sempre que seja necessária uma deslocação. A realização das viagens será solicitada com pelo menos 48 horas, de antecedência, mediante emissão da requisição ao abrigo do contrato, pela Câmara Municipal de Castelo Branco. Por cada requisição deve ser emitida uma fatura, a qual, após conferência, é paga ao fornecedor.
- 4 A realização de qualquer viagem sem a prévia emissão da requisição, ao abrigo do contrato, não confere ao prestador de serviços o direito de exigir qualquer pagamento do Município por conta dos mesmos.
- 5 O preço referido no n.º 2 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante e que o concorrente prevê realizar na prestação de serviços, designadamente, os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, mão-de-obra, alimentação, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 6 Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de trinta dias após a apresentação da sua fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.
- 7 A fatura deverá referir especificamente o fim a que se destina nomeadamente para efeitos de elegibilidade das despesas e os valores a faturar respeitarão os valores unitários apresentados na proposta adjudicada.
- 8 Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, o Gestor do Contrato deve comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 9 Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas, a presente cláusula não autoriza o prestador de serviços a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe sejam incumbidas, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do CCP.
- 10 Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.
- 11 O prestador de serviços deve ter a capacidade de efetuar as faturas eletrónicas, no âmbito do presente contrato, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do CCP e nos termos do

Decreto-Lei 123/2018, de 28 de dezembro, e subsequentes alterações, devendo ser enviadas eletronicamente pela forma que lhe será informada aquando da necessidade de o fazer.

CLÁUSULA 6ª ADIANTAMENTOS DE PREÇO

- 1 Em casos devidamente fundamentados, a entidade adjudicante pode propor adiantamentos do preço por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios das mesmas quando:
 - a. O valor dos adiantamentos não seja superior a 30 % do preço contratual;
 - b. Seja prestada caução de valor igual ou superior aos adiantamentos efetuados, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 88.º e 90.º do CCP;
- 2 Sem prejuízo do disposto no ponto anterior, no caso de a despesa inerente ao contrato se realizar em mais de um ano económico, o contraente público só pode efetuar adiantamentos de preço quando, até ao final do ano económico no qual são efetuados os adiantamentos, sejam realizadas prestações ou praticados atos preparatórios ou acessórios das mesmas de montante igual ou superior aos valores adiantados;
- 3 Em casos excecionais, podem ser efetuados adiantamentos sem que estejam reunidas as condições previstas nos números anteriores, mediante decisão fundamentada do órgão competente para autorizar a correspondente despesa;
- 4 Na falta de estipulação contratual, os adiantamentos são imputados aos pagamentos contratualmente previstos;
- 5 Os termos concretos da imputação a que se refere o ponto anterior, incluindo a aplicação das fórmulas que sejam julgadas relevantes, devem ser fixados no contrato;
- 6 No caso de se verificarem adiantamentos de preço, a liberação da caução prestada para garantir tais adiantamentos será liberada nos termos previstos no art.º 295º do CCP.

CLÁUSULA 7ª JUROS DE MORA

A obrigação de pagamento de juros de mora por parte da Câmara Municipal de Castelo Branco, vence-se automaticamente, sem necessidade de novo aviso, uma vez vencida a obrigação pecuniária nos termos do nº 1 do art.º 299º do CCP, consoante o caso, ou decorrido o prazo previsto no ponto 4 da cláusula 6 do presente caderno de encargos (condições de pagamento).

CLÁUSULA 8ª FATURA ELETRÓNICA

- 1 Atendendo ao disposto no art.º 299º-B do Código dos Contratos Públicos, alterado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, é obrigatória a emissão da(s) fatura(s) em formato eletrónico.

- 2 A solução adotada pelo Município Castelo Branco é o SAPHETYDOC, acessível em <https://saphety.com>, da empresa Saphety Level - Trusted Services, S.A., e será através da mesma que todas as faturas deverão ser encaminhadas pelos fornecedores.
- 3 Para o efeito, deverá realizar a sua adesão gratuita à plataforma SAPHETYDOC em <https://saphety.com> assegurando-se a isenção de custos de transação na utilização da solução por parte dos nossos fornecedores.
- 4 A SAPHETY dispõe de uma linha de apoio para colocação de qualquer questão que possa surgir, das 09:00 às 19:00 através do e-mail faturaelectronica@saphety.com ou helpdesk@saphety.com ou pelo telefone +351 308 801 249.

CLÁUSULA 9ª REVOGAÇÃO

- 1 As partes podem, por acordo, revogar o contrato em qualquer momento;
- 2 Os efeitos da revogação são os que tiverem sido validamente fixados no acordo;
- 3 A revogação não pode revestir forma menos solene do que a do contrato.

CLÁUSULA 10ª RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

- 1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nos artigos 333.º e 448.º por remissão do artigo 451.º, todos do CCP, designadamente, nos casos de:
 - a. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao prestador de serviços;
 - b. Oposição reiterada do prestador de serviços ao exercício dos poderes de fiscalização da entidade adjudicante;
 - c. Incumprimento, por parte do prestador de serviços e/ou do(s) colaborador(es) por ele a afetar, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas pelos representantes da entidade adjudicante no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução da prestação de serviços;
 - d. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na Lei ou no Contrato;
 - e. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
 - f. O prestador de serviços se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal.
- 2 A Entidade Adjudicante também pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das

circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, conforme artigos 334.º e 335.º do CCP.

- 3 O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante, podendo o prestador de serviços pronunciar-se sobre a resolução do contrato, a título sancionatório, nos termos previstos na Lei.

CLÁUSULA 11ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

- 1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Adjudicatário pode resolver o contrato em caso de:
 - a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - b. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;
 - c. Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante, por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
- 2 O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso à arbitragem.
- 3 Nos casos previstos no ponto 1, alíneas a) a c), o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada pelo Adjudicatário à Entidade Adjudicante, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO II SUJEITOS

CLÁUSULA 12ª SUJEITOS

O contrato de prestação de serviços será celebrado entre a Entidade Adjudicante e o Prestador de serviços.

CLÁUSULA 13ª CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

- 1 É admitida a cessão da posição contratual por qualquer das partes, dependendo, no caso da cessão da posição contratual por parte do Prestador de serviços, da autorização prévia da Entidade Adjudicante e do cumprimento do previsto nos artigos 316.º a 324.º do CCP.
- 2 Em caso de incumprimento, pelo Prestador de serviços, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Entidade Adjudicante pode fazer uso do mecanismo previsto no artigo 318.º-A do CCP, cedendo o Prestador de serviços a sua posição contratual nos termos aí previstos.

CLÁUSULA 14ª SUBCONTRATAÇÃO

- 1 O prestador de serviços pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
- 2 A Entidade Adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 317.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.
- 3 Todos os subcontratos devem ter uma norma onde o Subcontratado declara que conhece, integralmente, o presente caderno de encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.
- 4 O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.
- 5 No prazo de cinco dias após a celebração de cada subcontrato, o prestador de serviços deve comunicar por escrito o facto à Entidade Adjudicante, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.
- 6 A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Prestador de serviços, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.
- 7 É lícito ao Prestador de serviços recorrer a auxiliares que a coadjuvem no cumprimento da sua prestação contratual sem, todavia, nunca o substituírem.

CLÁUSULA 15ª EXECUÇÃO PESSOAL

Sem prejuízo do disposto em matéria de cessão da posição contratual e de subcontratação, incumbe ao cocontratante a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante o contraente público.

CAPÍTULO III

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA 16ª COLABORAÇÃO RECÍPROCA

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

CLÁUSULA 17ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1 Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

- a. Efetuar o controlo da qualidade da prestação de serviços, designadamente no que respeita ao cumprimento das características técnicas, funcionais, entre outras, contratadas, anotando os desvios detetados, identificando as causas, solicitando ao prestador de serviços a introdução de medidas corretivas, se aplicável.
- b. Monitorizar a prestação de serviços, em período regulares, designadamente medir o grau de execução das atividades, anotando os desvios detetados, identificando as causas, solicitando ao prestador de serviços a introdução de medidas corretivas, se aplicável;
- c. Cooperar, prestando com exatidão e atempadamente todas informações necessárias, indicando, entre outras, as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas alterações inerentes ao contrato a celebrar e documentos originais necessários à execução dos serviços;
- d. Efetuar, nos prazos contratualmente fixados, os pagamentos das quantias devidas e quaisquer outros encargos da sua responsabilidade.

CLÁUSULA 18ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

- 1** Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
- a. Obrigação da prestação dos serviços de acordo com as especificações técnicas em anexo ao caderno de encargos;
 - b. Obrigação de cumprir com zelo o serviço contratado;
 - c. Obrigação de prestação dos serviços no prazo definido;
 - d. Obrigação da prestação dos serviços em conformidade com os termos contratuais;

- e. Obrigação de a utilizar nesta prestação de serviços os autocarros com menos emissão de gases com efeito de estufa;
 - f. Obrigação de prestar todos os serviços, requisitados no prazo previsto no caderno de encargos, através de meios próprios ou por subaluguer para assegurar a realização dos mesmos, sob pena de incorrer nas penalizações decorrentes da Lei e descritas no Caderno de Encargos.
 - g. Obrigação de garantia dos serviços;
 - h. Responsabilizar-se por quaisquer encargos decorrentes da utilização, aquando da prestação dos serviços de marcas, patentes registadas, bem como de licenças;
- 2 A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 19ª TRABALHADORES AFETOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 1 O prestador de serviços obriga-se ao cumprimento do artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos (aplicável aos contratos de aquisição de serviços, por força do n.º 2 do artigo 451.º do mesmo diploma), a saber:
- a. Os trabalhadores afetos a concessões cujo prazo seja superior a um ano prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
 - b. Os trabalhadores afetos a concessões cujo prazo seja igual ou inferior a um ano podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo da concessão.
 - c. O disposto no n.º 1 (do artigo 419-A do CCP) não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
 - d. O disposto nos n.ºs 1 e 2 (do artigo 419-A do CCP) não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução da concessão.
- 2 A todo o tempo, poderá ser solicitado, ao cocontratante, demonstração, pelos meios adequados, do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos. O não cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos fará a entidade incumpridora incorrer em contraordenações muito graves previstas na alínea f) do artigo 456º do CCP.

CLÁUSULA 20ª CONFLITOS DE INTERESSE E IMPARCIALIDADE

- 1 O prestador de serviços deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com todas as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito de interesses para a Entidade Adjudicante.
- 2 O prestador de serviços obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão, que possa resultar em quaisquer ónus ou responsabilidades para a Entidade Adjudicante ou para os seus direitos e interesses.

CLÁUSULA 21ª LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A prestação de serviços objeto do contrato será desenvolvida em Castelo Branco.

CLÁUSULA 22ª SIGILO

- 1 O Prestador de serviços guardará sigilo e garantirá que semelhante obrigação é cumprida pelos seus colaboradores ou subcontratados, pelo que não comunicará ou divulgará a terceiros, sem expresse consentimento da Entidade Adjudicante, qualquer informação, técnica e não técnica, comercial, elementos, estudos ou resultados relacionados com a sua prestação ou com a atividade e o funcionamento da Entidade Adjudicante.
- 2 A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4 O Prestador de serviços deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
- 5 A utilização, pelo Prestador de serviços, de informações obtidas para fins diversos daqueles que constituem objeto do contrato, fazem-no incorrer em responsabilidade civil e, como tal, constitui-se na obrigação de indemnizar a Entidade Adjudicante pelos prejuízos por esta sofridos.

CLÁUSULA 23ª PRAZO DE DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 4 (quatro) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**CAPÍTULO IV
PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

CLÁUSULA 24ª PENALIDADES CONTRATUAIS

- 1 Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do Prestador de serviços o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento do(s) prazo(s) de entrega constante(s) do presente caderno de encargos, até 5‰ do preço contratual, por cada dia de atraso;
 - b. Pelo incumprimento das demais obrigações previstas no presente caderno de encargos, até 1% do preço contratual, por cada infração verificada.
- 2 Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Prestador de serviços, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a Entidade Adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.
- 3 Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
- 4 Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5 A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.
- 7 Em função da gravidade do incumprimento da obrigação prevista na alínea f) do n.º 1 da presente cláusula, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por

parte da Entidade Adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 3 desta mesma disposição legal.

CAPÍTULO V CAUÇÃO E SEGUROS

CLÁUSULA 25ª CAUÇÃO

- 1 Tratando-se de contrato de valor inferior a 500 000 euros, nos termos do nº 2 do art.º 88º do CCP, não será exigível a prestação da caução para a celebração do contrato.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 26ª FORÇA MAIOR

- 1 Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2 Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3 Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 27ª DEVERES DE INFORMAÇÃO

- 1 Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
- 2 Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
- 3 No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que, previsivelmente, será afetada a execução do contrato.

CLÁUSULA 28ª CESSÃO DE CRÉDITOS

O Prestador de serviços não pode ceder ou dar como garantia o contrato de prestação de serviços ou qualquer dos direitos ou obrigações nele estipulados, designadamente, totalidade ou parte dos créditos emergentes do contrato sem prévio acordo escrito da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto nos artigos 577.º e seguintes do Código Civil.

CLÁUSULA 29ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 1 Constituem obrigações do adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
- a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;

- b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
 - c. Efetuar uma Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados, nas situações expressamente previstas, quer no artigo 35.º do n.º 3 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Reg. (UE) 2016/679 (RGPD) quer no Regulamento n.º 1/2018 da Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD);
 - d. Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - e. Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
 - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
 - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.
 - f. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
 - g. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
 - h. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
 - i. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
 - j. Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.
- 2 Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.

- 3 Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
- 4 Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

CLÁUSULA 30ª FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 31ª DIREÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 1 Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pela entidade adjudicante nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.
- 2 Para efeitos da concretização dos poderes de fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo Gestor do Contrato.
- 3 O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de serviço exigidos de acordo com as peças processuais e especificações técnicas.
- 4 A Entidade Adjudicante poderá impor a substituição do gestor do contrato quando este, de forma reiterada, faltar ao cumprimento das suas obrigações ou demonstrar falta de conhecimento das Especificações Técnicas do Caderno de Encargos, de que resulte prejuízo para o bom e atempado cumprimento das obrigações do prestador de serviços.
- 5 A substituição do gestor do contrato, caso ocorra, será comunicada ao adjudicatário por mera notificação.
- 6 O prestador de serviços não pode invocar qualquer tipo de pretexto resultante de desconhecimento da natureza, importância ou âmbito da prestação de serviços a realizar, para atenuar a responsabilidade que assume com a execução do contrato.

CLÁUSULA 32ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

- 1 Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português:

- 2 Na fase de formação do contrato devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Entidade Adjudicante (www.acingov.pt);
- 3 Na fase de execução do contrato, podem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção, para o domicílio ou sede contratual de cada uma das respetivas entidades a identificar no cabeçalho do contrato.
- 4 No caso das comunicações do prestador de serviços à Entidade Adjudicante, as mesmas devem ser dirigidas ao gestor do contrato, a identificar no contrato.
- 5 Qualquer alteração das informações de contacto, constantes do contrato, deve ser comunicada à outra parte, por escrito e com aviso de receção.
- 6 Qualquer comunicação efetuada através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados, considera-se feita na data da respetiva expedição, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a Entidade Adjudicante que sejam efetuadas após as 17 horas do local da receção ou em dia não útil nesse mesmo local, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

CLÁUSULA 33ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

CLÁUSULA 34ª CONTAGEM DE PRAZOS

Os prazos previstos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.